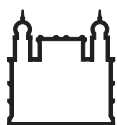


Política de Estágio – Fiocruz

Sercap/DDRH/Direh



Dezembro, 2014



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PRESIDENTE

Paulo Ernani Gadelha Vieira

VICE-PRESIDENTE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Pedro Ribeiro Barbosa

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS – Direh

Juliano de Carvalho Lima

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DDRH/Direh

Andrea da Luz Carvalho

EQUIPE DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO CURRICULAR

Marcelo Camacho Silva – Coordenador

Jorge Salomão dos Santos Assis

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – Direh

Edição e editoração

Sumário

Apresentação	4
Política de Estágio Fiocruz	5
Orientação Normativa Nº 4, de 4 de Julho de 2014	12
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Artigos 60 a 69).19	
Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio.	21

Apresentação

A Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) disponibiliza neste documento a sua Política Institucional de Estágio, como resultado de intenso debate entre todas as unidades da Fiocruz e expressa a tradição democrática desta instituição na construção de documentos de referência.

A Fiocruz tem larga tradição no oferecimento de oportunidades de desenvolvimento profissional para estudantes de graduação e de nível médio, que se configuram no formato de bolsas de iniciação científica e também no oferecimento de vagas de estágio curricular.

Como instituição de pesquisa e ensino em saúde, a Fiocruz tem como missão “Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e consolidação do SUS”. A oferta de estágios de nível médio e superior é uma das formas de transmissão do conhecimento acumulado e de devolução à sociedade dos recursos aplicados nesta instituição na forma de desenvolvimento dos futuros profissionais, para que apliquem estes conhecimentos e a experiência vivida no programa de estágio em outras instituições públicas ou privadas, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A oferta de estágio propicia um campo de experiências e conhecimentos através da possibilidade de articulação teórico-prática, cria um espaço de transição entre a vida estudantil e a vida profissional, atenuando o impacto dessa transformação, desenvolve habilidades, hábitos e atitudes pertinentes e necessárias para aquisição das competências profissionais e incentiva o interesse pela pesquisa e pelo ensino.

A reconfiguração da Política de Estágio da Fiocruz tem por objetivo aumentar a visibilidade institucional do Programa de estágio, dado que possibilitará dar mais publicidade aos processos seletivos de estágio, e democratizar o acesso às oportunidades de estágio na instituição, além de conferir maior eficiência administrativa na gestão do programa.

A consolidação desta Política de estágio expressa o compromisso da Fiocruz com o ensino e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Juliano Carvalho de Lima – Diretor de Recursos Humanos

Política de Estágio Fiocruz

1) Do Conceito de Estágio e Legislação Pertinente

1.1 O estágio é ato educativo escolar supervisionado e está amparado nas seguintes legislações: Lei 11.788/2008, Orientação Normativa nº 04/2014 MPOG, Resolução CNE/CEB Nº 01/2005.

Segundo a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Este documento legal, conceitua-se estágio como:

“Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.” (BRASIL, 2008)

1.2. São duas as modalidades de estágio, segundo a lei:

- Estágio obrigatório, entendido como aquele que está definido como atividade obrigatória no projeto do curso de nível médio ou superior, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- Estágio não obrigatório, que constitui-se como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

1.3 O prazo máximo de permanência de um estagiário em uma mesma instituição é de dois anos.

1. 4 Na hipótese de concessão de estágio não obrigatório, determina a lei que é compulsória a concessão de bolsa de estágio e auxílio transporte.

1. 5 No âmbito da administração pública federal o estágio curricular é regulado adicionalmente pela Instrução Normativa nº 04 de 2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Este dispositivo legal determina que os estágios obrigatórios somente poderão ser realizados sem ônus para as instituições concedentes, vedando assim a concessão de bolsas para estágios deste tipo.

1.6 A instrução normativa nº 04 de 2014 também estabelece o quantitativo máximo de estagiários nas instituições públicas federais:

Art. 7º - O quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá a 20% (vinte por cento) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se força de trabalho o quantitativo de cargos, empregos ou funções públicas de que dispõem os órgãos ou entidade, o que

compreende os servidores estatutários; os ocupantes de cargos públicos; os empregados públicos, os contratados sob o regime de legislação trabalhista; os contratados temporariamente pela Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; e os cargos vagos.

§ 2º Sobre o percentual de 20% do quantitativo máximo de estagiários que o órgão ou entidade poderá contratar, aplicam-se os seguintes percentuais:

I - 50% para estagiários de nível superior, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência;

II - 25% para estagiários de nível médio, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência;

III - 25% para os estudantes de educação profissional e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de jovens, com idade igual ou superior a 14 anos e adultos, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência.

§ 3º O percentual de 10% reservado em cada modalidade de estágio será destinado ao estudante cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado.

§ 4º Na hipótese de o órgão ou a entidade contar com unidades regionais em sua estrutura organizacional, os quantitativos previstos no caput serão aplicados a cada uma delas.

2. Dos Objetivos

2.1 O Programa de Estágio Curricular tem como proposta a complementação da aprendizagem através da prática supervisionada dos conhecimentos teóricos já adquiridos nas instituições de ensino.

2.2 O Programa de Estágio Curricular destina-se, exclusivamente, a estudantes de cursos de Educação Superior, Ensino Médio, Educação Fundamental e Educação Profissional.

3) Da Administração do Programa de Estágio

3.1 A Coordenação Geral do Programa de Estágio da Fiocruz cabe à Diretoria de Recursos Humanos- DIREH;

3.2 As diversas unidades da Fiocruz manterão coordenações locais vinculadas aos Serviços de Recursos Humanos (SRH) ou Departamentos de Ensino e atuarão em colaboração à Coordenação Geral.

3.3 A Confecção dos Termos de Compromisso de Estágio será realizado através da mediação de Agente Integrador contratado pela Fiocruz especificamente para esta finalidade, nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

3.4 Anualmente a DIREH publicará a distribuição de vagas de estágio pelas diversas unidades e considerará os seguintes critérios:

1. Teto de vagas segundo o quadro de pessoal da Fiocruz em conformidade com a Orientação normativa Nº 04/MPOG.
2. Disponibilidade de recursos materiais e financeiros;
3. Disponibilidade de supervisores qualificados nas áreas de conhecimento dos estágios.

Parágrafo único: Poderá haver realocação de vagas no decorrer do ano, de acordo com a necessidade institucional.

3.5 Os Termos de Compromisso de Estágio deverão ser assinados pelo estagiário, pela Instituição de Ensino, pelo CIEE e pela Fiocruz, representada pela DIREH, no que tange aos estágios externos.

3.6 O estagiário só poderá iniciar o seu programa de estágio após a assinatura do Termo de Compromisso.

3.7 A duração do estágio não obrigatório obedecerá ao período mínimo de um semestre letivo (06 meses), prorrogável sucessivamente até dois anos (quatro semestres).

Parágrafo único: O estágio obrigatório terá a duração mínima de um semestre letivo e sua prorrogação dependerá da carga horária curricular obrigatória expressa por declaração da Instituição de Ensino em que o estudante estiver matriculado.

3.8 A carga horária mínima de estágio será de 20 (vinte) horas semanais e a máxima, de 30 (trinta) horas semanais, devendo as mesmas estarem compatibilizadas com o horário escolar do estudante e com o período de estágio da FIOCRUZ. Não será permitido ao estagiário exceder o horário previsto para o encerramento de suas atividades diárias mediante horas suplementares, exceto em compensações eventuais de faltas, conforme Orientação Normativa 04/2014 do MPOG, e sempre em acordo com o Supervisor de estágio. Estas compensações não podem exceder ao limite de uma hora diária.

3.9 O controle de frequência dos estagiários será de responsabilidade do Supervisor do estagiário.

3.10 A transferência de um estagiário para lotação diversa daquela originalmente estabelecida somente ocorrerá para obedecer excepcional interesse da Instituição, respeitada a área de formação do estagiário.

3.11 O desligamento do estudante do estágio curricular ocorrerá:

- I. automaticamente ao término do estágio;
- II. após decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão ou entidade, ou na instituição de ensino;
- III. em decorrência de descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso;

IV. a qualquer momento, tanto por iniciativa da FIOCRUZ quanto pelo estagiário, mediante comunicação escrita, encaminhada à DIREH/DDRH;

V. pelo não-comparecimento, sem motivo justificado, por 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de 1 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio;

VI. Automaticamente ao término do curso ou trancamento de matrícula.

3.12 As atividades de estágio deverão respeitar a legislação acerca do trabalho do menor (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando se tratar de estudante menor de 18 anos.

4) Da Seleção para o programa de Estágio Fiocruz

4.1 A seleção para as vagas de estágio (Obrigatório e não obrigatório) será realizada através de Edital Público, duas vezes por ano, divulgados nos meses de maio e novembro;

4.2 Os estudantes selecionados no edital de maio iniciarão atividades no dia 1º de setembro do mesmo ano e os estudantes selecionados no edital de novembro iniciarão atividades no dia 1º de março do ano seguinte;

Parágrafo único: Será possível a substituição do candidato selecionado que não assumir a vaga ou dela desistir em até 60 dias após as datas de admissão estipuladas no caput deste item.

4.3 Caberá às unidades elaborar os perfis e requisitos para as suas vagas de estágio e os seus editais de seleção;

4.4 Os editais deverão ser publicados no sítio eletrônico da unidade, da DIREH e do agente integrador;

4.5 Os editais de seleção deverão reservar 10% das vagas para estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado;

4.6 As inscrições para o processo seletivo poderão ser realizadas de forma eletrônica em *link* disponibilizado pelo Agente Integrador;

4.7 O processo seletivo terá suas etapas definidas por cada unidade e especificadas em edital.

4.8 À DIREH/Núcleo de Saúde do Trabalhador irá orientar as unidades quanto aos procedimentos para avaliação médica dos estagiários, que serão coordenados e realizados diretamente por esta área.

4.9 A DIREH promoverá evento de integração para os estagiários não obrigatórios;

4.10 As unidades promoverão atividades de integração interna para recepcionar os estagiários.

4.11 Ao iniciar as atividades na área para a qual for selecionado, o estagiário deverá receber na primeira semana o seu plano de estágio, contendo atividades e critérios de avaliação.

4.12. A seleção para os estágios obrigatórios obedecerá ao calendário dos estágios não obrigatórios. A admissão será determinada por cada unidade de acordo com o calendário da chamada pública para estes estágios

5. Do Plano de Estágio

5.1 Os estágios de que trata esta Política serão programados, acompanhados e avaliados pelos Departamentos/Laboratórios/Setores/Núcleos das Unidades da FIOCRUZ, em conjunto com os responsáveis pelos programas de estágio das instituições de ensino conveniadas.

5.2 As atividades realizadas pelo estagiário deverão constar do Termo de Compromisso de Estágio.

5.3 As unidades deverão elaborar o plano de estágio individual de cada estagiário, que será acompanhado pelo Serviço de Recursos Humanos (SRH) ou Departamento de Ensino da unidade, contendo:

- Departamento/Laboratório/Setor/Núcleo responsável pelo estágio;
- Períodos de início e término do estágio;
- Atividades a serem desempenhadas no Programa de Estágio Curricular;
- Supervisor Responsável pelo Estágio, indicando a qualificação acadêmica do mesmo.
- Critérios de avaliação de rendimento;
- Requisitos para a concessão de certificado;
- Critérios de aprovação e certificação.

5.4 Todas as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário deverão constar do plano de estágio, que será estabelecido pelo supervisor, observando-se a correlação entre as linhas de formação do estudante e as atividades desenvolvidas na área requisitante.

5.5 Cada Supervisor poderá exercer, no máximo, a orientação de até dez estagiários simultaneamente.

5.6A supervisão técnica da execução das atividades do estágio deverá ser feita por servidor da FIOCRUZ com nível de escolaridade compatível ao curso do estagiário.

5.7 Concluído o estágio, o coordenador ou supervisor responsável deverá orientar o preenchimento do relatório final, conforme modelo aprovado pela DIREH;

6) Do Estágio Interno Obrigatório para os cursos Técnicos de Nível Médio da Fiocruz

6.1 Os estágios obrigatórios dos alunos dos cursos de nível médio das unidades da Fiocruz, quando realizados nas unidades da Fiocruz, não terão a intermediação de Agente Integrador.

6.2 Os Termos de Compromisso de Estágio (TCE-INTERNO) para os estágios obrigatórios elencados no item 6.1 serão emitidos pelas escolas da Fiocruz, conforme modelo aprovado pela DIREH.

6.3 O TCE-INTERNO será avaliado pela coordenação de ensino da unidade em que o estudante está matriculado, pela unidade Fiocruz concedente do estágio e pela Diretoria de Recursos Humanos.

6.4 Aplica-se ao Estágio Interno Obrigatório toda a legislação pertinente ao estágio curricular, ou seja, a Lei 11.788 de 2008 e a Orientação Normativa nº 04 de 2014, do MPOG.

6.5 As unidades de ensino em que os estagiários estão matriculados serão responsáveis pela contratação de Apólice de seguro em favor dos estudantes, que contemple a realização de atividades de estágio.

6.6 Será garantida aos estudantes a proteção ao trabalho referenciada na legislação e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

6.6.1. As unidades de ensino da Fiocruz com estudantes menores de 18 anos em conjunto com a DIREH irão estabelecer em normativa própria as atividades de estágio apropriadas a estes estudantes.

6.7 O estágio obrigatório terá a duração da necessidade curricular expressa por declaração da unidade de ensino em que o estudante estiver matriculado.

6.8 As unidades receptoras destes estagiários terão cotas de estagiários pactuadas antecipadamente.

6.9 As cotas de estágio interno obrigatório constituem parcela da cota total institucional, definida na Instrução Normativa nº 04/2014.

7) Da renovação, Desligamento e Recesso dos contratos de Estágio

7.1 A Prorrogação (renovação) ou desligamento dos contratos de estágio deverá ser comunicada à Coordenação Geral do Programa de Estágio com antecedência de 30 dias.

Parágrafo único: Na hipótese de pedido de desligamento, por parte do estagiário que cumpre estágio não obrigatório, a saída sem comunicação prévia poderá ensejar a emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) para o ressarcimento de valores eventualmente pagos além do devido.

7.2 Os estudantes deverão gozar 15 dias de recesso a cada período de seis meses e serão programadas para os últimos 15 dias do contrato de estágio ou aditivo de estágio, em caso de prorrogação.

Parágrafo único: Qualquer alteração deste período deverá ser comunicada pelo supervisor à coordenação local do estágio e à coordenação geral do Programa de Estágio com 30 dias de antecedência.

7.3 A renovação estará condicionada à obtenção de aprovação no rendimento referente ao período anterior e à avaliação do relatório final. Obedecidas as condições mínimas de avaliação, especificadas no item 8.1, e outras que a unidade julgar adequadas, adotar-se-á a seguinte classificação para fins de renovação:

- Apto
- Não apto.

7.4 A renovação deverá ser solicitada pelo SRH e/ou Coordenação de ensino da Unidade através de mensagem eletrônica (e-mail) à Coordenação Geral.

8. Da Aprovação e Certificação do Estagiário

8.1 Os estudantes participantes do programa de estágio da Fiocruz fazem jus ao certificado de estágio indicando o período em que realizaram estágio e a carga horária cumprida.

8.2 Farão jus ao “Termo de Realização de Estágio”, especificando atividades desenvolvidas, períodos do estágio e avaliação de desempenho os estagiários que cumprirem as seguintes condições mínimas:

- Frequência mínima estipulada de 75% da carga horária total, referente ao primeiro período contratual de estágio;
- Apresentação de relatório final das atividades realizadas, com apreciação do supervisor;
- Preenchimento de ficha de avaliação do Programa de Estágio.

8.3 Os certificados de Estágio serão providenciados pela Direh e encaminhados para as instituições de ensino.

8.4 O SRH da Unidade e/ ou Departamento de ensino confeccionará o “Termo de realização de Estágio”, padronizado pela DIREH.

§ 1º Os Termos de Realização de Estágio serão assinados pelos titulares dos cargos do SRH e/ou Departamento de Ensino das unidades.

§ 2º As unidades encaminharão semestralmente à DIREH (Coordenação de Estágio) relatório da concessão de Termos de Realização de Estágio.

9. Disposições Gerais

9.1 A DIREH/DDRH será responsável por atualizar e consolidar os procedimentos operacionais referentes aos estágios curriculares da FIOCRUZ, conforme a legislação em vigor.

9.2 Os casos omissos neste documento que porventura surjam serão resolvidos pela Coordenação de Estágio e, em última instância, pela Vice-Presidência de Ensino da FIOCRUZ, em conjunto com a DIREH.

Atos Normativos

Instrução Normativa nº 04 de 2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Artigos 60 a 69).

Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio.

Orientação Normativa Nº 4, de 4 de Julho de 2014

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 4 DE JULHO DE 2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, incisos II e III, do Anexo I, do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2008, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Estabelecer orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto à aceitação de estagiários de nível superior, de ensino médio, de educação profissional, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos.

Art. 2º - O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade, da área de ensino e do projeto pedagógico do curso em que o aluno se encontre matriculado.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

Art. 3º - O estágio obrigatório será realizado sem ônus para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO

Art. 4º - A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório, nos órgãos e entidades de que trata o art. 1º desta Orientação Normativa observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do estudante, atestados pela instituição de ensino, em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II - celebração de Termo de Compromisso de Estágio – TCE entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE.

§ 1º O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ser acompanhado efetivamente pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios de que trata o art. 9º, VII, desta Orientação Normativa e por menção de aprovação final.

§ 2º Juntamente com os relatórios exigidos no parágrafo anterior, o órgão ou entidade de que trata o art. 1º desta Orientação Normativa encaminhará à instituição de ensino o certificado de estágio.

Art. 5º - O plano de atividades do estagiário, elaborado em comum acordo com o órgão ou entidade e a instituição de ensino, será incorporado ao TCE por meio de aditivos, na medida em que for avaliado o desempenho do estudante.

Art. 6º - Aplicam-se as disposições desta Orientação Normativa aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em instituição de ensino no País, em cursos autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 7º - O quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá a 20% (vinte por cento) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se força de trabalho o quantitativo de cargos, empregos ou funções públicas de que dispõem os órgãos ou entidade, o que compreende os servidores estatutários; os ocupantes de cargos públicos; os empregados públicos, os contratados sob o regime de legislação trabalhista; os contratados temporariamente pela Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; e os cargos vagos.

§ 2º Sobre o percentual de 20% do quantitativo máximo de estagiários que o órgão ou entidade poderá contratar, aplicam-se os seguintes percentuais:

I - 50% para estagiários de nível superior, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência;

II - 25% para estagiários de nível médio, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência;

III - 25% para os estudantes de educação profissional e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de jovens, com idade igual ou superior a 14 anos e adultos, reservando-se 10% para os estagiários com deficiência.

§ 3º O percentual de 10% reservado em cada modalidade de estágio será destinado ao estudante cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado.

§ 4º Na hipótese de o órgão ou a entidade contar com unidades regionais em sua estrutura organizacional, os quantitativos previstos no caput serão aplicados a cada uma delas.

§ 5º Quando o cálculo do percentual total disposto no caput resultar em fração poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 6º Os órgãos e entidades poderão autorizar a contratação de estagiários de nível superior e médio profissionalizante acima do limite previsto no caput, observado o disposto no § 4º do art.

17 da Lei nº 11.788, de 2008, e a competência de que trata o art. 13 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, com base na razoabilidade, no interesse público e na dotação orçamentária.

Seção I

Da Parte Concedente

Art. 8º - Os órgãos e entidades poderão celebrar convênio com as instituições de ensino para aceitação de estagiários, no qual constarão as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes, desde que guardem estrita correlação com a proposta pedagógica do curso.

Parágrafo único. A celebração de convênio de que trata o caput deste artigo não dispensa a celebração do TCE previsto no inciso II do art. 4º desta Orientação Normativa.

Art. 9º - Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - celebrar TCE entre a instituição de ensino e o estudante, zelando pelo seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional.

III - indicar servidor da sua força de trabalho, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - para a orientação e supervisão do estagiário de nível fundamental ou médio, o servidor indicado deve ter, no mínimo, o mesmo nível de formação do estagiário.

V - contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor do estagiário de estágio obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado, conforme estabelecido no TCE;

VI - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VII - manter à disposição da fiscalização, o Termo de Compromisso de Estágio - TCE e os Termos Aditivos de que trata o § 3º do art. 10, a fim de comprovar a relação de estágio sempre que necessário; e

VIII - enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades com vista obrigatória do estagiário.

Parágrafo único. A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do estagiário, para o caso de morte ou invalidez permanente, é condição essencial para a celebração de contrato ou convênio, devendo constar do TCE o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.

Art. 10 - O supervisor do estágio será designado pelo chefe da unidade em que o estagiário desenvolver suas atividades, devendo possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, observados os incisos III e IV do art. 9º.

§ 1º O supervisor de estágio deverá possuir, no mínimo, o mesmo nível de formação do estudante de nível fundamental ou médio.

§ 2º Compete ao supervisor do estágio acompanhar e atestar a frequência mensal do estagiário e encaminhá-la à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade onde se realiza o estágio.

§ 3º Caso haja alterações relacionadas ao estágio deverá ser elaborado Termo Aditivo, que será anexado ao TCE, exceto nos casos de mudança do órgão contratante.

Seção II

Dos Agentes de Integração

Art. 11 - Os órgãos ou entidades podem recorrer aos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Parágrafo Único. Para fins desta Orientação Normativa os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade integrante, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.

Seção III

Do Estagiário

Art. 12 - A carga horária do estágio será de quatro horas diárias e vinte semanais ou de seis horas diárias e trinta semanais, observado o disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.788, de 2008, bem como o horário de funcionamento do órgão ou entidade, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida no local indicado pelo órgão ou entidade.

§ 1º A carga horária do estágio dos níveis médio e superior poderá ser inferior àquela estabelecida no art. 10, II, da Lei nº 11.788, de 2008, com percepção proporcional do valor da bolsa estágio.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior ocorrerá no interesse do órgão ou entidade e atenderá os requisitos previstos no art. 4º desta Orientação Normativa.

§ 3º É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista no caput deste artigo, ressalvada a compensação de falta justificada, limitada a 1 (uma) hora por jornada.

§ 4º Na hipótese de falta justificada, o estagiário poderá compensar o horário não estagiado até o mês subsequente ao da ocorrência da falta, quando autorizado pelo supervisor do estágio.

§ 5º Poderá o supervisor do estágio, com base na razoabilidade e no interesse público, definir outras hipóteses em que a falta será considerada justificada, sem a necessidade de compensação ou de descontos na bolsa estágio.

§ 6º Para fins dessa Orientação Normativa será considerada falta justificada, em que não se exigirá compensação, aquelas decorrentes de tratamento da própria saúde, com apresentação de atestado médico.

§ 7º A carga horária dos estudantes do ensino especial e dos últimos anos do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos, não poderá ultrapassar 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) semanais.

§ 8º Fica assegurada ao estagiário a carga horária reduzida pela metade, nos períodos de avaliação de aprendizagem, conforme estipulado no TCE e mediante declaração da Instituição de Ensino.

Art. 13 - O valor da bolsa-estágio, no âmbito dos órgãos e entidades de que trata o art. 1º desta Orientação Normativa, será definido em Portaria a ser publicada pelo dirigente máximo do órgão central do SIPEC.

§ 1º Até que seja publicado o ato de que trata o caput, o estudante em estágio não obrigatório, de nível superior ou de nível médio, perceberá bolsa-estágio no valor de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) e de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), respectivamente.

§ 2º O valor da bolsa-estágio de que trata o § 1º do art. 12 desta Orientação Normativa, será proporcional à jornada definida no TCE.

§ 3º As faltas justificadas com apresentação de atestado médico para tratamento da própria saúde, o período de carga horária reduzida de que trata o § 8º do art. 12 e as demais justificativas aceitas pelo supervisor de estágio, não ensejarão a compensação de horário e não serão objeto de desconto na bolsa estágio.

§ 4º É vedado o desconto de qualquer valor na bolsa-estágio, à exceção dos valores referentes às faltas injustificadas e às horas não compensadas, na forma do § 4º do art. 12.

Art. 14 - O estagiário receberá auxílio-transporte em pecúnia por dia efetivamente estagiado, no valor correspondente a R\$ 6,00 (seis reais).

§ 1º Não será concedido auxílio-transporte ao estagiário nas ocorrências de faltas, mesmo naquelas justificadas, uma vez que não houve o deslocamento.

§ 2º O pagamento do auxílio-transporte será efetuado no mês anterior ao de sua utilização.

Art. 15 - Na vigência dos contratos de estágio obrigatório e não obrigatório é assegurado ao estagiário período de recesso proporcional ao semestre efetivamente estagiado, a ser usufruído preferencialmente nas férias escolares, observada a seguinte proporção:

I - um semestre, 15 dias consecutivos;

II - dois semestres, 30 dias;

III - três semestres, 45 dias; e

IV - quatro semestres, 60 dias.

§ 1º Os períodos de recesso deverão ser usufruídos durante a vigência do TCE e aqueles de que tratam os incisos II a IV do caput deste artigo poderão ser parcelados em até três etapas, a critério do supervisor do estágio.

§ 2º Os períodos de recesso do estagiário que perceba bolsa estágio serão remunerados.

§ 3º Na hipótese dos desligamentos de que tratam os incisos I a VII do art. 16, o estagiário que receber bolsa-estágio e não houver usufruído do recesso remunerado, proporcional ou integral, durante a vigência do contrato celebrado, fará jus ao seu recebimento em pecúnia.

Art. 16 - O estudante será desligado do estágio nas seguintes hipóteses:

I - automaticamente, ao término do estágio;

II - a pedido;

III - decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão, na entidade ou na instituição de ensino;

IV - a qualquer tempo, no interesse da Administração;

V - em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio - TCE;

VI - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou 30 (trinta) dias durante todo o período de estágio;

VII - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário; e

VIII - por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - A duração do estágio no mesmo órgão ou entidade não poderá exceder a quatro semestres, salvo quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer no mesmo órgão ou entidade até o término do curso.

Art. 18 - O estudante de nível superior contemplado pelo Programa Universidade para Todos - ProUni e Programa de Financiamento Estudantil - FIES terá prioridade na concorrência por vagas de estágio na Administração Pública Federal.

Art. 19 - A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre o estudante ou com seu representante ou assistente legal, quando for o caso, e o órgão ou entidade, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, no qual deverá constar:

I - identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;

II - qualificação e assinatura dos contratantes ou convenentes;

III - indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre de contrato ou convênio;

IV - menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;

V - valor da bolsa-estágio, quando houver;

VI - vedação expressa à possibilidade de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo agente de integração na bolsa estágio;

VII - a carga horária semanal compatível com o horário escolar;

VIII - duração do estágio, obedecido o período mínimo de um semestre;

IX - obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;

X - assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;

XI - assinatura do representante ou assistente legal do estagiário, quando houver;

XII - condições de desligamento do estágio;

XIII - menção do contrato a que se vincula o estudante, e do convênio ao qual se vincula a parte concedente e a instituição de ensino;

XIV - indicação nominal do professor orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio; e

XV - indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.

Art. 20 - Para a execução do disposto nesta Orientação Normativa, caberá às unidades de recursos humanos:

I - articular as oportunidades de estágio em conjunto com as instituições de ensino ou agentes de integração;

II - participar da elaboração dos contratos ou convênios a serem celebrados com as instituições de ensino ou agentes de integração;

III - solicitar às instituições de ensino ou agentes de integração a indicação de estudantes que preencham os requisitos exigidos pelo órgão ou entidade ofertante da oportunidade de estágio;

IV - selecionar os candidatos ao estágio;

V - lavrar o Termo de Compromisso de Estágio a ser assinado pelo estudante e pela instituição de ensino;

VI - efetuar o pagamento da bolsa-estágio e dos auxílios a que fizerem jus os estagiários, por intermédio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE;

VII - receber os relatórios, as avaliações e as frequências do estagiário, das unidades onde se realizar o estágio;

VIII - analisar as comunicações de desligamento de estágios;

IX - expedir o certificado de estágio;

X - apresentar os estagiários desligados do SIAPE às instituições de ensino ou aos agentes de integração; e

XI - dar amplo conhecimento das disposições contidas nesta Orientação Normativa às unidades de recursos humanos do órgão ou entidade, aos supervisores de estágio e aos estagiários.

Art. 21 - As unidades de recursos humanos manterão atualizados no SIAPE, o número total de estudantes aceitos como estagiários de níveis superior, médio, de educação profissional, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - As despesas para concessão da bolsa-estágio e de auxílios somente poderão ser autorizadas se houver prévia e suficiente dotação orçamentária, constante do orçamento do órgão ou entidade onde se realizará o estágio.

Art. 23 - O gasto com o auxílio-transporte dos estagiários deverá ser efetuado na mesma programação utilizada para o financiamento decorrente da contratação de estagiários, nos termos do Ofício-Circular nº 1 DEAFI/SOF/SRH/MP, de 1º de outubro de 2008.

Art. 24 - As questões omissas serão tratadas pela Secretaria de Gestão Pública.

Art. 25 - Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Fica revogada a Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008.

MARILENE FERRARI LUCAS ALVES FILHA

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Artigos 60 a 69).

CAPÍTULO V

DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. ([Vide Constituição Federal](#))

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

[§ 1º](#) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
.....

[§ 3º](#) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
.....

[§ 7º](#) Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima